

Lula exige do exército 'apuração absoluta' da ação de militares

MISSÃO OFICIAL
Lula cobra novo chefe do Exército a punir militares envolvidos em atos

JUSSARA SOARES E THIAGO BRONZATTO
foto:al@globo.com.br
es:slia

Ao trocar o comandante do Exército em três semanas de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu uma missão ao general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, novo responsável por liderar os quartéis: investigar e punir militares envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. A incumbência foi transmitida numa reunião no sábado à noite no Palácio do Planalto, segundo interlocutores do petista.

Um dos motivos para a mudança ainda no início da gestão foi o que Lula e aliados enxergavam como "resistência" do antigo chefe da Força, Júlio Cesar de Arruda, em responsabilizar integrantes da caserna. Paiva convocou para amanhã uma reunião do Alto Comando, quando vai apresentar as diretrizes de sua gestão.

O presidente não perdou nem vai perdoar a ocupação dos acampamentos em frente ao Exército. Ele quer a apuração absoluta — afirmou ao GLOBO o ministro da Defesa, José Múcio.

A troca ocorreu no sábado de manhã. Após receber o aval de Lula, Múcio convocou Arruda para uma conversa. O ministro disse que, apesar de gostar do oficial, seria preciso dar um novo rumo para a caserna, porque sentia que "não havia um envolvimento absoluto" dele com o governo, segundo o relato de pessoas próximas.

Lula nunca digeriu o fato de Arruda ter sido contra a prisão imediata de golpistas que invadiram as sedes dos Poderes. Parte dele estava alojada em um acampamento em frente ao Quartel-geral do Exército, em Brasília. O general alegava que



Outra fase. José Múcio e o novo comandante do Exército, Tomás Ribeiro Paiva, após reunião com Lula: presidente deseja nova postura do comando da Força

Q "O presidente não perdou nem vai perdoar a ocupação dos acampamentos em frente ao Exército. Ele quer a apuração absoluta"

"O Exército não estava por trás, mas precisa punir os envolvidos"

José Múcio, ministro da Defesa

havia mulheres e crianças no local que poderiam ser vítimas de um eventual confronto com a Polícia Militar.

Houve os acampamentos dos quartéis. Por mais que nos esforçássemos, aquela não era uma situação resolvida. Depois, veio o 8 de janeiro, que criou muito problema. Foi um ato de vandalismo misturado com terrorismo, com suspeita de incitação ao golpe. Precisamos saber quem são os culpados. Evidentemente, o Exército não estava por trás daquilo, mas precisa punir as pessoas das Forças que estavam envolvidas e saber quem ajudou a depredar — detalhou Múcio.

Até o momento, foram

identificados três membros do Exército, um oficial da Marinha e um ex-cabo da Aeronáutica nas invasões. Ainda assim, o antigo comandante dava sinais de que resistia a avançar nas responsabilizações, porque queria evitar um "clima de revanchismo", segundo pessoas próximas. Essa postura irritou o presidente e ministros do governo.

De acordo com aliados de Lula, Arruda era visto como um obstáculo para a pacificação do governo com militares. Antes de ser demitido, ele se preparava para ficar duas semanas afastado do comando do Exército para fazer uma cirurgia eletiva. Essa ausên-

cia, segundo integrantes da Esplanada, poderia postergar o processo de investigação de integrantes da Força envolvidos nos atos golpistas e adiar a saída de Arruda.

Nos últimos dias, Lula foi aconselhado a se posicionar publicamente e deixar claro que os militares estão subordinados a civis. Além de uma apuração rigorosa da atuação de membros da caserna envolvidos nas investidas golpistas, o presidente espera que os quartéis fiquem distantes da política. Isso foi dito pelo petista ao novo comandante do Exército, conforme o relato de auxiliares. Múcio tentou contornar a

desconfiança de Lula com integrantes das Forças. O ministro da Defesa articulou uma reunião ocorrida na sexta-feira passada no Planalto entre o presidente e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Apesar de a conversa ter fluído sem ressentimentos, a relação continuava estremeçada nos bastidores.

— Eu exauri ao máximo. Tentei reconstruir essa relação, porque eu vim para pacificar a relação do governo com as Forças. Senti que não havia clima. Fazíamos reuniões, mas não tinha mais clima — afirma Múcio.

IMPACTO REDUZIDO

Um episódio recente agravou o incômodo de Lula com o ex-comandante do Exército, segundo aliados. Como revelou o colonista Lauro Jardim, o general resistia à ideia de revogar a designação do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, para comandar o 1º Batalhão de Ações e Comandos. Cid foi escolhido para o posto em maio do ano passado, mas só assumiria a cadeira em fevereiro. O Planalto já havia indicado que esperava que a nomeação fosse anulada, pois se tratava de um posto estratégico. Arruda, porém, relatava em tomar alguma medida.

Autor do livro "Forças Armadas e Política no Brasil", o historiador José Murilo de Carvalho avalia que a mudança não terá grande impacto nos quartéis por ter ocorrido no momento em que o presidente e as instituições estão fortalecidos.

O ato golpista em Brasília empoderou Lula e ampliou a sua margem de legitimidade para enfrentar resistências nas Forças Armadas. A troca do comandante do Exército reforça que os militares estão submetidos ao presidente da República. Essa hierarquia será respeitada.

Joaquim Silva e Luna, que passou de general de brigada a ministro da Defesa em quatro governos diferentes, avalia que a mudança no comando do Exército representa uma oportunidade para retomar a relação de confiança entre o governo e militares.

— As Forças Armadas não podem ser problema para o país. Elas têm que ser solução — resume Silva e Luna.

CAPÍTULOS DA CRISE

Tensão desde a campanha

O protagonismo de militares no governo Bolsonaro despertou críticas pela politização excessiva da caserna. Em abril de 2022, Lula afirmou que, se eleito, teria que "tirar quase oito mil militares" de cargos.

Contestação à vitória

Após a vitória, a tensão seguiu. A escolha para a Defesa foi cercada de cuidados, e manifestações de militares incomodavam de Lula. Um deles chegou a gravar um vídeo dizendo que o petista "não subiria a rampa".

Acampamentos nos quartéis

A demora na remoção dos acampamentos em frente a quartéis por todo o Brasil, incluindo no QG de Brasília, irritou Lula. A desmobilização só ocorreu após os atos, por determinação do STF.

Extremistas em ação

O ponto mais crítico ocorreu em 8 de janeiro. Parcela expressiva dos extremistas saiu justamente dos acampamentos que Lula gostaria que já estivessem desmontados. A atuação de militares responsáveis

por proteger o Palácio do Planalto gerou desconfiança. Lula disse que houve conivência de parte das Forças Armadas e que as portas do Planalto foram abertas. Dias depois, voltou ao tema e defendeu que os militares interessados em política deveriam tirar a farda.

Ex-auxiliar de Bolsonaro

O estopim para a demissão do general Júlio Cesar de Arruda do comando do Exército foi a resistência em cancelar a designação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro para o comando de um batalhão.

Generais apostam em início rápido de apuração

Oficiais avaliam que Tomás Ribeiro Paiva, visto como 'legalista' e 'cumpridor de normas', avançará em inquéritos e sindicâncias

BRUNO ABRUD
bruno.abrud@globo.com.br
es:slia

Generais que conhecem o novo comandante do Exército, Tomás Ribeiro Paiva, apostam que ele não vai demorar a abrir investigações internas contra militares que participaram das invasões ao Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF). A

necessidade de apuração foi expressada pelo presidente Luiz Inácio Lula e tornou-se uma das razões do desgaste que culminou na saída de Júlio Cesar de Arruda da chefia da Força.

Em conversas no generato logo após o anúncio da troca — Paiva estava à frente do Comando Militar do Sudeste —, o novo comandante foi avaliado como

"legalista", "cumpridor de normas" e "discreto". Na semana passada, em uma cerimônia militar, Paiva fez um discurso enfático em "respeito ao resultado das urnas".

— Eu não tenho dúvida nenhuma que ele vai mandar apurar todos os atos atentatórios à disciplina, abrindo inquéritos e sindicâncias. Quem cometeu

transgressão disciplinar vai ser punido à luz do regulamento do Exército ou responder por crime, se for crime. Se for crime militar, vai responder na Justiça Militar. Se for crime comum, na Justiça comum. Ser militar é ser profissional — disse ao GLOBO o general Juarez Cunha, que presidiu os Correios e foi demitido pelo então presi-

dente Jair Bolsonaro em junho de 2019.

O general Paulo Chagas segue a mesma linha e afirma que o novo comandante do Exército fará as punições que julgar necessárias. O oficial lembra o caso do ex-ministro Eduardo Pazuello, que, enquanto ainda estava na ativa, foi a um ato a favor de Bolsonaro. Apesar de contrariar a

norma do Exército, o episódio não rendeu punição, o que provocou enorme desgaste à Força.

Sobre os militares da ativa ou da reserva que, porventura, tenham cometido crimes ou transgressões disciplinares nas manifestações do dia 8, o costume das Forças Armadas é julgar com isenção cada caso e punir de acordo com os regulamentos e códigos militares. Não acreditado que seja diferente agora, embora, aparentemente, possa ter havido um precedente no caso do general Pazuello.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4